

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

AMULETOS, PRÁTICAS CULTURAIS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Eduardo França Paiva
Unicentro Newton Paiva

Desde o século XVI, a Bahia, sobretudo Salvador, assim como Pernambuco, haviam se transformado em importantes centros receptores de heranças e práticas culturais africanas, que chegavam com os milhares e milhares de escravos traficados de um lado para o outro do Atlântico. Centros receptores, mas também produtores e exportadores de cultura, uma vez que dali os cativos eram transferidos para várias regiões da Colônia. Durante o século XVIII boa parcela desse tráfico interno foi direcionado para a região das Minas Gerais, que chegou ao final do setecentos com as maiores populações escrava e liberta da Colônia¹. Para a área de mineração foram levados ainda muitos escravos nascidos no Brasil, além de homens e mulheres livres e forros que para lá se encaminharam. Inicialmente, o maior chamariz era o ouro, mas rapidamente passou a ser a economia dinâmica e diversificada que se desenvolvera na Capitania, aliada a uma malha urbana bastante extensa e a importantes áreas de agropecuária. A mobilidade física e cultural constituiu-se, a partir daí, em característica basilar dessa sociedade. O encontro de tradições culturais muito diferentes ocorreu intensamente e assumiu dimensões extraordinárias. A população mestiça era grande e o hibridismo cultural atingiu todos os grupos sociais, embora a impermeabilidade de certos costumes também se fizesse presente, ainda que camuflada. Enfim, formara-se na Minas setecentista um quadro social propício à efervescência cultural, à formação de pecúlio pelos escravos, à compra da alforria e até mesmo à ascensão econômica de alguns forros com mais sorte. E essa situação existiu desde as primeiras décadas de ocupação da região².

Bárbara Gomes de Abreu e Lima, uma crioula que saiu escrava de Sergipe Del Rei em direção às Minas, experimentou dessa mobilidade com muita perspicácia. Ela protagonizou um caso exemplar, parcialmente registrado em seu testamento. Corria o ano de 1735, quando Bárbara decidiu registrar em cartório seus legados testamentais. Nesses papéis declarava que havia se forrado nas Minas, aludindo à sua auto-compra – por meio, possivelmente, da coartação³ – e que também havia comprado a casa onde morava, localizada no largo da igreja matriz da Vila de Sabará, endereço nada modesto. Sua rede de amizades era também notável: além de ampla, espalhava-se por várias regiões das Gerais e pela Bahia. Ela tinha negócios distribuídos por toda essa área, embora nenhuma palavra tenha sido dedicada a explicá-los. Para cuidar desses seus interesses indicou doze homens de sua confiança como testamenteiros. Entre eles, um capitão-mor, o vigário da vara da comarca do Rio das Velhas, um mestre-de-campo, dois sargentos-mores e um tenente-coronel. Nenhum dos doze indicados era negro ou mestiço e não parecia haver pobres entre eles. Esse número de testadores e as várias praças onde atuariam é fato raro mesmo nos testamentos de homens brancos, e ricos e apenas isso já acusa a singularidade do caso. Mas o conjunto de pequenos bens materiais listado pela testadora é o que chama a atenção. Tratava-se, em boa medida, dos componentes de uma penca de balangandãs⁴ que encontravam-se espalhados, empenhados na mão de algumas pessoas próximas de Bárbara. Entretanto, em momento algum houve referência ao objeto original. Comuns entre as negras escravas e forras na Bahia, essas pencas de pequenos amuletos eram muito menos usadas nas Minas e pode estar aí um dos motivos que obrigaram Bárbara a fragmentar o que possuía. De toda forma é claro o desejo de fazer com que todos os berloques reintegrassem a penca após a sua morte, como se pode constatar na transcrição do trecho abaixo. Ela dizia ter:

(...) seis cordões pesando cento e uma oitavas, um se acha empenhado na mão de Thereza de Jesus, mulher de Antonio Alves por vinte oitavas e três na mão de Jozé Ferreira Brazam donde se acham dois cordões emendados que fazem um, quarenta oita-

vas, um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração, tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Ferreira Brazam, um cordão de ouro, um feitio de menino Jesus de ouro pesando cinco oitavas, umas argolinhas de ouro pesando quatro oitavas, uma senhora de feitio de Nossa Senhora da Conceição pesando três oitavas e meia, uns brincos de aljófar e uns botões de ouro, umas argolinhas de ouro pequenas, uma bola de âmbar, uma volta de corais engranzados em ouro, um coral grande com uma figa pendurada, tudo de ouro, quatro colheres de prata pesando oito oitavas cada uma, quatro garfos de prata e uma faca com cabo de prata, duas memórias de emberessadeiras (sic), dois pares de botões de anáguas abertos no buril, tudo empenhado na mão de Manoel de Magalhaens por sete oitavas, o que meus testamenteiros desempenharão. Item tenho empenhado mais um cordão de ouro com o peso que se achar na mão de Jozé Rodrigues de Souza por vinte oitavas que meus testamenteiros desempenharão. (...) um tacho grande de cobre e outro pequeno, doze pratos de estanho e dois grandes, uns corais, quatro saias, duas de seda preta e uma de rossa (sic) grana (sic) parda e uma de camelão e a roupa branca que se achar (...) três panos de dois côvados, um preto, um azul e um verde, um colchão de lã (...)⁵.

O tal Jozé Ferreira Brazam, com quem a maior parte da coleção de penduricalhos encontrava-se guardada, era Capitão-mor e um dos testamenteiros indicados por Bárbara para defenderem seus interesses na Vila de Sabará. Aliás, eram o mesmo local e época em que viveu Luzia Pinta⁶, uma africana forra acusada de heresia e presa pela Inquisição. Não é difícil imaginar que as duas tenham se conhecido e até mesmo compartilhado experiências e práticas culturais afro-brasileiras. O receio de futuros problemas com a Inquisição é outro motivo que deve ter levado Bárbara a desmembrar sua penca e a espalhar os pequenos pingentes entre alguns amigos, retirando o sentido transgressor do conjunto. Mantê-los empenhados nas mãos de amigos poderosos era, portanto, uma boa estratégia de defesa. Afinal, a forra havia experimentado uma ascensão econômica notável e a penhora não tinha sido motivada, certamente, por necessidades financeiras.

Trazer os balangandãs à cintura, como era de costume, servia para proteger a portadora. No geral, os pingentes eram representações de fertilidade e da sexualidade femininas e eram em-

blemas do poder exercido pelas mulheres sobre o processo de formação das famílias e de outros grupos sociais. Alguns dos penduricalhos, porém, podem ter tido significados particulares para os iniciados em práticas religiosas africanas e afro-brasileiras. O que parecia, portanto, ser um adorno sem especial importância para uns, era indicador de autoridade, de poder, de devoção e de proteção para outros. E estes signos maquiados estendiam-se, também, à indumentária e aos corte e arranjo de cabelo⁷.

Guardiã de tradições ancestrais, sacerdotisa e exemplo inequívoco de autonomia, mobilidade e poder femininos influenciados por experiências anteriores e inspirador de novos casos. Este perfil ajusta-se, sem sobras, ao caso da crioula Bárbara. De uma das mulheres que formavam a minoria da massa de escravos brasileira, ela, ao forrar-se, elevou o número de mulheres libertas que constituíram o grupo majoritário entre os forros da Colônia e do Império. Vários dos badulaques inventariados representavam e celebravam seu triunfo pessoal, isto é, a alforria e a ascensão econômica, não obstante a ostentação deles ser prática coletiva e recorrente entre as forras.

Forras e escravas demonstravam prestígio, exibiam veladamente devoções e representações e punham em prática códigos de comportamento, de hierarquia e de poder, por meio de seus balangandãs. Nesse jogo teatral desenvolvido no espaço público, mas também exercitado na esfera do privado, muito do que era encenado e concretizado sob os olhares senhorias passava despercebido ou era relevado pelos proprietários e proprietárias. Isso também fazia parte das relações cotidianas: acordos, ainda que implícitos, e certa tolerância. As trajetórias desses vários escravos e escravas, condensadas em boa medida no caso de Bárbara, retratam bem as rotas culturais engendradas no Brasil Colônia.

O caso da liberta Bárbara indica o grau de integração mercantil alcançado durante o século XVIII. Aliás, é preciso sublinhar a interligação do mundo, de maneira consolidada já nessa época e a posição central das várias regiões da África nessas trocas financeiras e culturais, que aproximavam oriente e ocidente. Entre os objetos descritos no testamento da crioula, vários eram os itens de grande valor no comércio internacional setecentista, que os

habitantes das Minas ajudaram a fomentar⁸. Aljôfares (pérolas pequenas), corais, âmbar e certos tecidos, por exemplo, chegavam nas Gerais, em quantidade ainda não mensurável, depois de atravessarem o mundo. Navegadores e comerciantes portugueses e brasileiros tratavam de trazê-los da África, do Oriente Médio, da Índia e da China e os primeiros foram mesmo pioneiros desta empresa. Desde o século XV eles desenvolveram relações comerciais com os moradores dessas regiões e a partir do século XVI abasteceram sua Colônia do Novo Mundo de especiarias e de outros artigos⁹. Durante a explosão aurífera e comercial do setecentos brasileiro, esse mercado ampliou substancialmente sua demanda e transformou-se em endereço privilegiado para produtos europeus e orientais. Junto com eles, claro, chegaram representações e modos de uso, que foram apropriados e reconstruídos no Brasil.

Os corais que Bárbara possuía nas Minas setecentistas nos servirão, a partir de agora, como guia de uma viagem a tempos mais remotos e a espaços muito diversos. O uso de corais na Colônia era, então, comportamento que sumariava longos e antigos trajetos. Material orgânico marinho, não era explorado nas costas brasileiras, mas no Mediterrâneo e no Oceano Índico. Os mercadores venezianos, por exemplo, traficavam-no entre o Ocidente e o Oriente e os incluíam nos negócios com o norte da África desde o século XV. O coral era mercadoria apreciada e cara em toda essa região e deu origem a variada sorte de adornos corporais, de objetos decorativos e de amuletos. Os pintores renascentistas italianos, com freqüência, colocaram colares e pulseiras de corais vermelhos em contas polidas em suas inúmeras representações da “Virgem com o menino Jesus”. Em vários desses casos, uma rama de corais apareceu pendendo no colar em torno do pescoço do menino, como amuleto contra mal-olhado e contra outros males. Em vários desses quadros eles foram associados a romãs, a cachos de uvas e ao aleitamento sugerindo a fecundidade materna. Desde o século XIII, entretanto, na mesma península itálica, o sangue que vertia do Cristo flagelado e crucificado era pintado sob as tortuosas formas dos corais *in natura* e Giovanni de Modena, no quatrocentos, juntava os dois

elementos no peito do Cristo menino, em tela guardada no Museu do Louvre¹⁰. Representações semelhantes foram realizadas por vários pintores da Holanda e da Flandres dos séculos XVI e XVII. No mesmo século XVII, pintores franceses e flamengos associavam grandes e viçosas ramas de coral à América, alusão ao “exotismo”, à fertilidade e às riquezas da região.

No continente africano, o uso dos corais foi muito difundido desde o século XV e os portugueses foram grandes fornecedores do material. No antigo Reino do Benin, parte da atual Nigéria, desde o século XV eram feitas cabeças em cobre que tinham o pescoço completamente cobertos por voltas de corais polidos, engranzados, sob a forma de pequenos cilindros. Às vezes, toucas de coral com fios do mesmo material pendendo delas, tudo moldado em cobre, cobriam as tradicionais cabeças feitas pelos artistas do Benin, essa região que, a partir do século XVI, forneceria grande número de escravos ao Brasil. Os navegadores portugueses estabeleceram contatos comerciais, feitorias e fortalezas em toda essa área do Golfo de Guiné desde a primeira metade do século XV e em troca do ouro aí existente deixaram, entre outras mercadorias, grande quantidade de corais. Tratava-se de item precioso na África, assim como na Europa, e os portugueses sabiam disso perfeitamente. Um comentarista luso, chamado Duarte Barbosa, registrou o interesse dos portugueses pela mercadoria rubra em um livro publicado pela primeira vez em Veneza, no ano de 1518. Ele descrevia os vários tipos de coral comercializado pelos portugueses e o valor pago por eles¹¹.

Os corais trazidos do Oriente Médio e da Ásia pelos portugueses e vindos, também, do Mediterrâneo (Itália, Espanha, Argélia, Tunísia) transformaram-se em objetos de uso corrente da corte beninense e em várias regiões da África Central. No reino de Benin, historicamente, as contas de coral “eram enfiadas juntas em um fio da cauda de um elefante, animal estreitamente associado à realeza e à força”. E desde o reinado do guerreiro Éwuare (século XV) era realizada a cerimônia anual do coral, “rito que tinha como objetivo renovar os vínculos sagrados e políticos do Benin, mas, também, comemorava a aquisição das primeiras contas de coral junto a Olokun [deus da saúde e do

mar] e o nascente comércio com a Europa”¹². O rei Ésigié do Benin, no início do século XVI, fomentou o comércio com os europeus, comprando-lhes muito bronze e latão e tornou-se famoso por ler e falar português.

Os corais também eram apreciados no reino Ashanti ou Costa da Mina (atual Gana) e nos reinos do Daomé (povo Fon) e Yoruba (atual Nigéria). A eles e a outros tipos de contas coloridas (cada cor ou mistura de cores simbolizando um deus) muitas vezes foi associado o ouro, existente em quantidade significativa nesses reinos. Era, aliás, a busca desse ouro que vinha instigando os portugueses a, cada vez mais, se fazerem presentes nas terras africanas, tanto na costa, quanto no interior¹³. Mercadorias do oriente eram muito bem aceitas pelos africanos em troca do seu ouro, como chegou a atestar o já mencionada Duarte Barbosa¹⁴.

Depois de introduzidos na África esses produtos receberam novos significados e propriedades. Ora, os usos seculares, os costumes e representações arraigadas entre os povos Ashanti, Yoruba, Fon e, também, do Congo, de Angola e de Moçambique iriam atravessar o Atlântico e entrar no Brasil junto com os milhões de homens e mulheres escravizados levados da África. E muitos desses costumes foram mantidos na América Portuguesa quase que inalterados, embora praticamente invisíveis aos olhares mais teimosamente europeizados. Aliás, essas permanências são excelentes pontos de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre sincretismos e impermeabilidades culturais no Brasil.

A incidência de corais e de tecidos coloridos de enorme variedade de tipos é notável nos testamentos e inventários *post-mortem* mineiros¹⁵. E, ressalte-se, tanto de homens, quanto de mulheres, e tanto de livres, quanto de forros. Fios de contas são outro item listado com frequência nessa documentação, embora não haja, na maior parte das vezes, identificação deles. Os brincos de aljófares aparecem de maneira recorrente. O âmbar é, entre esses produtos, o mais raro¹⁶. Além de terem propriedades mágicas e místicas, esses objetos eram parcela importante da riqueza acumulada na colônia. E os corais engranzados em ouro eram, sem dúvida, os mais incidentes desses itens.

Entre as forras e os livres que faziam uso dos corais deve ter havido grandes diferenças no que se refere à apropriação do material, ao uso ritual dele e aos significados a ele atribuídos. Usá-lo em contas, à maneira dos africanos da Costa da Mina, ou em ramos, à moda dos amuletos europeus ou, ainda, transformá-los em figas, que, não obstante serem consideradas objetos de origem africana, chegaram ao Brasil via Europa, foram opções pessoais e de grupos. Misturá-los a diferentes contas de várias tonalidades, usá-los juntos a outros fios e cordões, foi escolha estética, mas foi, também, indicativo de devoção, de vinculação religiosa, de guarda de tradições culturais, de autoridade e de poderes.

Mas será que todos os corais foram usados como amuletos? Raul Lody observa com razão que qualquer amuleto deve “passar por uma preparação, quer dizer, uma impregnação de propriedades mágicas, de modo que o objeto possa realmente desempenhar seu papel de símbolo possuidor de valores mágicos”¹⁷. As representações incorporadas a objetos de culto e de uso mágico nunca foram facilmente apreendidas por observadores leigos. E isso atinge tanto o cronista antigo, quanto o historiador moderno. Os amuletos, sejam de coral, de âmbar ou de qualquer outra matéria são, contudo, pequenos fragmentos que podem esclarecer práticas culturais e relacionamentos sociais no passado e no presente. Eles ajudam a desvelar teias do imaginário e comportamento de grupos. Demonstam, também, como certos grupos e certos indivíduos construíram alternativas de sociabilidade e de distinção social, como atribuíram poderes aos símbolos e como escolheram símbolos para os poderes. Receptores dos mais diferentes desejos dos crentes e de terríveis esconjuros dos temerosos esses objetos podem tornar-se, também, fontes de inúmeras indagações dos historiadores. Sobretudo dos historiadores da Cultura, que devem estar preparados para escutarem as respostas dadas por eles, como diria Thompson. Preparados, inclusive, para as respostas enigmáticas, cifradas e confusas ou, até mesmo, para o silêncio. É aqui, portanto, que o historiador deve se distinguir do curioso leigo ou do cronista mais interessado em seguir registrando suas impressões, que em se deter diante de algumas dúvidas. É preciso, pois, que ele avance con-

tra as versões cristalizadas, às vezes ingênuas, outras vezes derivadas de julgamentos religiosos e político-ideológicos. É necessário, ainda, que ele transforme em elemento de reflexão as incompreensões deixadas por “estrangeiros” que, em muitos casos, valem mais que várias descrições minuciosas dos envolvidos. Como disse no século XIX o protestante norte-americano Thomas Ewbank, “pode haver uma sugestão filosófica no brinco”. Quando ele visitava a Rua dos Ourives, no Rio de Janeiro, onde eram confeccionados vários tipos de amuletos, deparou-se com uma peça de coral encastado e quis saber mais informações sobre ela. A dificuldade enfrentada pelo estrangeiro, no sentido mais amplo do termo, diante de representações pouco familiares emerge nitidamente em seu registro seco e objetivo: “o artista explicou suas virtudes mas eu não o compreendi”. É bem provável que o arguto Ewbank não tivesse sido admitido ao grupo de usuários cariocas (entre eles, iniciados em religiões afro-brasileiras) do amuleto de coral. Daí a incompreensão da explicação proporcionada pelo “artista”, segundo o autor.

NOTAS

¹Em 1776 a Capitania contava com uma população total de 319.769 indivíduos. A Bahia, segunda colocada, tinha 288.848 habitantes. Ver ALDEN, Dauril. *Late colonial Brazil, 1750-1808*. In BETHELL, Leslie. (ed.) *Colonial Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 286. O mesmo autor (p.290) demonstra que Minas mantinha a posição dianteira no fim do período colonial e tinha 494.759 moradores, dos quais 23,6% eram brancos, 33,7% eram africanos e mestiços livres, 40,9% eram escravos e 1,8% eram índios.

²Em 1732, o Conde das Galveas, então governador da Capitania, escrevia ao rei sobre a vida dos forros na região. Em relação aos negros forros “(...) ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos nas lavras do ouro, nas dos diamantes, nas roças e comumente faiscam para si de que se segue a Vossa Majestade a utilidade de seus quintos que seriam menos se eles não minerassem (...)”, dizia ele. Ver Arquivo Público Mineiro/CMOP - código 35 - Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos - 1735-1736, ff.118-118v. Sobre o quadro de mobilidade física e cultural nas Minas, sobretudo no que se refere à população forra ver PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo, Annablume, 1995.

³A coartação foi prática recorrente em Minas e, resumidamente, significava o pagamento parcelado da alforria, efetuado pelo próprio escravo. Tratava-se de acordo estabelecido diretamente entre senhores e escravos. Ver sobre o assunto PAIVA, Eduardo França. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII:

as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial". In *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História - FFLCH/USP nº 133, pp. 49-57, 1995 e PAIVA, Eduardo França. "Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coarção em Minas Gerais no século XVIII". In *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. Rio de Janeiro, UFRJ, nº 02, 1995, pp. 47-53.

⁴Sobre esses objetos, o uso deles e os significados a eles atribuídos ver LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. Rio de Janeiro, FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988 e LODY, Raul. *O povo do Santo; religião, história e cultura dos Orixás, Voduns, Inquices e Caboclos*. Rio de Janeiro, Pallas, 1995.

⁵MO/CPO-TEST - código 2, ff. 86v-91. Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima - Sabará, 12 Jul. 1735.

⁶Sobre o processo de Luzia Pinta e sobre sua atuação em Sabará ver . MOTT, Luiz. "O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739". In *Revista do IAC, UFOP, Ouro Preto*, nº 01, pp. 73-82, 1994 e SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 267.

⁷Ver sobre os assuntos BADUEL, Céline & MEILLASSOUX, Claude. "Modes et codes de la coiffure ouest-africaine". In *L'Ethnographie*. Société d'Ethnographie de Paris. Paris, Gabalda, 1975, pp. 11-59; BARROS, Sigríd Porto de. "A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia". In *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, nº VIII pp. 117-154, 1947; LARA, Silvia Hunold. *Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII)*. Campinas, s/l, s/d^a; LARA, Silvia Hunold. *Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca. 1750-1815*. Campinas, s/l, s/d^b e REIS, João José. *Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785*. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, nº 16, 1988, pp. 57-81.

⁸É bastante esclarecedor sobre o assunto o texto de CARREIRA, Ernestine. "Au XVIIIe siècle: l'Océan Indien et la traite négrière vers le Brésil". In MATTOSO, K. de Q. (dir.). *Eslavages; histoire d'une diversité de l'océan Indien à l'Atlantique sud*. Paris, L'Harmattan, 1997. A autora afirma que desde meados do século XVII existiram em Daman e em Diu, possessões portuguesas na Índia, fábricas especializadas em tecidos destinados ao mercado brasileiro e que a partir do século XVIII, com a descoberta do ouro e o crescimento demográfico, a demanda brasileira sofreu "uma evolução brutal", pp. 58-59.

⁹CARREIRA, 1997, demonstra a intensidade do comércio realizado pelos portugueses com o Oriente e, também, como os comerciantes fixados na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro mantiveram e aumentaram suas relações comerciais com as possessões portuguesas do Oceano Índico. Sobre a transformação do Rio de Janeiro na mais importante praça comercial colonial, chegando em determinados momentos a suplantarem a importância de Lisboa, ver também CARREIRA, 1997 e LISANTI, Luís. *Negócios Coloniais*. Brasília/São Paulo, Ministério de Fazenda/Visão, 1973, 05 vols. Ver tanto a correspondência referente ao Rio de Janeiro, no volume III (pp. 275-277 especialmente), quanto à relativa a Minas Gerais, no volume I, pp. 227-233 especialmente.

¹⁰Giovanni da MODENA, conhecido em Bolonha, entre 1398 e 1456. A tela à qual me refiro, "A Virgem e o menino", foi pintada entre 1420 e 1425.

¹¹Ver *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 159 e 168.

¹²As afirmações reproduzidas foram retiradas da tradução francesa de BLIER, Suzanne Preston. *L'art royal africain*. (trad.) Paris, Flammarion, 1998, pp. 47 e 55.

¹³Não é por acaso ou por coincidência que os escravos oriundos da região aurífera da Costa da Mina formavam um grupo muito numeroso, talvez o maior, em Minas Gerais. Eram homens e mulheres que tinham boa experiência em atividades mineratórias e em outras ligadas a ela e, por isso, foram intensamente levados para as Gerais. Segundo BLIER, 1998 (p.139), as mulheres, no reino Ashanti, monopolizavam a fiação do ouro. Essas mulheres dominavam, também, o comércio de alimentos feito nas ruas, assim como ocorrerá em Minas Gerais e em outras áreas do Brasil e, ainda, no Caribe. Quanto a esse tema, ver BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society - 1650-1838*. Hingston, Heinemann Publishers, 1990, pp. 48-49 e PAIVA, op. cit., 1995, pp. 78-84.

¹⁴Ver *Livro*, 1989, pp. 46; 47; 49; 65 e 66.

¹⁵Um bom inventário dos tecidos e das cores mais encontrados nas Minas setecentistas foi organizado por SOUZA, Maria Eliza de Campos. *A indumentária setecentista das Minas do Rio das Velhas nos inventários 'post-mortem'*. UFMG - Belo Horizonte, s/d. (mimeo) Ver, também, LISANTI. 1973.

¹⁶A priori, essa raridade causa certa surpresa, uma vez que GÂNDAVO, Pero Manoel de. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil, 1576*. Organização de Leonardo Dantas Silva. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1995, p. 16, acusava a existência de muito âmbar na costa marítima brasileira nas últimas décadas do século XVI e no verbete "Âmbar" de ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa, Caminho, 1994, 2 vols., afirma-se que Lisboa, no século XVI, passou a ser o centro distribuidor para a Europa dessa valiosa resina vegetal trazida do oriente.

¹⁷Ver LODY. op. cit., 1995, p. 212. Ver, também, LODY. op. cit., 1988 e EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauzeiro e da palmeira, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976, pp. 103-104.